



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do “Grito da Terra” - Brasil 2003**

**Centro de Estudos Sindicais, Contag, Brasília - DF, 14 de maio de 2003**

Meu querido companheiro Manoel José dos Santos, nosso querido Manoel Serra, presidente da Contag,

Meus companheiros ministros Luiz Dulci, Miguel Rossetto, Jaques Wagner,

Meus companheiros deputados e senadores aqui presentes,

Eu queria começar dizendo ao companheiro Manoel Serra que a diferença que nós temos dos outros Governos, sem fazer julgamento daqueles que me antecederam é que, possivelmente, Maneco, você e muitos sindicalistas que estão aqui nunca mais vão ter contato com os ex-Presidentes da República, porque, normalmente, as pessoas mudam de destino quando deixam a Presidência da República ou mudam até de profissão.

No meu caso, a minha ligação com o movimento sindical está tão imbricada nas minhas veias que, mesmo quando eu deixar a Presidência da República, Maneco, você não vai se livrar de mim e muito menos os companheiros sindicalistas, porque continuarei andando por este país, falando as coisas que acredito que precisam ser faladas, porque acho que o Brasil vai precisar de muitos anos para que a gente possa construir a sociedade justa, fraterna e solidária que todos nós sonhamos para o Brasil.

A segunda diferença, Manoel, é que eu recebi você, há uns dois meses. Em nome da Contag, em nome dos trabalhadores rurais brasileiros, você me procurou, junto com vários companheiros da Direção da Contag, e vocês me entregaram um documento, em que vocês colocavam, aproximadamente, duzentas reivindicações.



E estou lhe trazendo, aqui, Maneco, não o atendimento de todas as duzentas reivindicações, porque você sabe da impossibilidade de, em tão pouco tempo, atender a coisas pelas quais a gente está brigando há pelo menos 40 anos, neste país. Mas, certamente, as principais estão atendidas.

E vou lhe entregar um documento, com item por item das coisas que você reivindicou, o andamento delas e o acompanhamento pelo Governo. E isso aqui, a partir de agora, passa a ser um documento de referência para que a Direção da Contag possa trabalhar, a cada mês, a cada dois meses, em cada reunião com Ministérios do meu Governo, seja o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria-Geral da Presidência ou o Ministério do Trabalho. Este aqui é um documento com o qual você vai poder acompanhar, de forma sistemática, o que está sendo atendido, no tempo em que está sendo atendido.

Então, vou lhe passar às mãos este documento, que passa a ter para você, agora, importância nos anais do Congresso da Contag e que você tem que ler toda noite para saber se o meu Governo está cumprindo e atendendo às reivindicações que você me fez em nome dos trabalhadores rurais brasileiros.

A terceira coisa que eu queria dizer é do prazer de estar, mais uma vez, aqui, na Contag que é, possivelmente, a mais importante entidade ligada aos trabalhadores rurais brasileiros; que tem história na luta do movimento sindical brasileiro; que tem lutado, de forma sistemática, ora para proteger os trabalhadores assalariados que ela representa, ora para proteger os trabalhadores assentados que ela assentou, e ora para organizar os trabalhadores que estão acampados, que ela espera que o meu Governo assente.

Eu estava vendo uma placa, ali, do acampamento de Itaúna. Os companheiros estão dizendo que estão acampados há quase seis anos, debaixo de uma lona preta, e querem agilidade no processo. Eu quero aproveitar e, um dos itens que quero falar aqui, é dizer aos companheiros que estão acampados, que vocês não perdem por ter um pouquinho mais de paciência, porque nós vamos assentar todos as pessoas que estão acampadas neste país, para que a gente



possa consagrar a reforma agrária. Nós sabemos quantos são, sabemos onde estão acampados, conhecemos as lideranças da maioria desses acampamentos e pretendemos começar o processo de reforma agrária assentando esses que já estão há mais tempo na fila esperando uma oportunidade.

Uma outra coisa importante é dizer para vocês alguns itens que o Governo preparou, com base nas reivindicações da Contag e que eu, agora, quero anunciar à Direção da Contag, aos trabalhadores e aos sindicalistas representados, Contag aqui. Primeiro, Manoel, possivelmente, na história do movimento sindical rural, nenhum Governo liberou a quantia de dinheiro que nós vamos liberar este ano, de várias fontes, para várias coisas ligadas à questão da agricultura. São praticamente 5 bilhões e 400 milhões de reais pelo Pronaf, para financiar a safra 2003/2004 da agricultura familiar. Nós estamos realizando o maior e mais completo plano de safra para a agricultura familiar feito na história do Brasil. Nosso Governo vai desburocratizar o Pronaf para facilitar o acesso do agricultor familiar ao crédito, desconcentrando a sua utilização. Vai, também, estimular ao máximo a criação de cooperativas de crédito e, ainda, vai criar linhas especiais de financiamentos para mulheres e jovens agricultores.

Você, Manoel, não perde por esperar, porque agora, no mês de junho, nós vamos realizar, no Palácio do Planalto, uma grande reunião para discutir cooperativas de crédito neste país. Nós achamos que é uma forma de baratear o dinheiro ao pequeno agricultor e fazer com que a agricultura familiar possa ter acesso a financiamentos fora do sistema financeiro, que não está muito preocupado com a agricultura familiar.

A segunda coisa importante: as dívidas dos agricultores. Primeiro, é importante lembrar – porque a gente costuma ter memória curta e esquece das coisas que a gente ganhou ontem, e só lembra das coisas que a gente pede para amanhã – que, em março, foi aprovada a medida provisória número 77, e essa medida provisória garantiu, praticamente, a negociação da dívida de 100 mil famílias de assentados e 230 mil famílias de trabalhadores ligados à agricultura familiar. Isso



foi feito em março, porque nós achamos que muitos casos têm que ser renegociados e para aqueles mais miseráveis nós temos que encontrar uma solução, porque, se não podem pagar, nós vamos ter que resolver os problemas desses companheiros.

Mas estamos propondo mais, companheiro Manoel, e acho que a Contag tem que estar atenta, fiscalizando tanto a ação do Governo, quanto a ação do Congresso Nacional, porque é lá que está a medida provisória 114.

Quanto às dívidas dos agricultores familiares, nosso Governo está negociando o aperfeiçoamento da medida provisória 114, para permitir a ampliação dos prazos de pagamento e um tratamento diferenciado para os trabalhadores do semi-árido nordestino, e a extensão do Proger Rural para todo o país, entre outras reivindicações dos companheiros da Contag.

Então, vocês precisam acompanhar o João Grandão, meu companheiro, que tem tratado isso lá na bancada, porque temos que melhorar a medida provisória e atender. E, sobretudo, toda vez que a gente pensar na agricultura familiar, temos que pensar naquela parte mais sofrida do Brasil, daí por que estamos aqui privilegiando o semi-árido nordestino, porque não é possível que a gente não consiga tirar os companheiros do sofrimento que eles enfrentam há séculos, por conta da desculpa da seca. E nós pretendemos provar que é possível a gente resolver esse problema.

Eu tenho dito sempre e disse na Contag, na campanha: a seca é um fenômeno da Natureza. A gente não pode combater. A gente tem que estabelecer políticas de convivência. A fome, resultante da seca, já é falta de capacidade dos governantes de atender a uma necessidade básica do povo, que é a de trabalhar e a de comer.

A terceira coisa importante, Maneco, que estamos aqui anunciando...

Desculpe chamar de Maneco, porque, nesse negócio da Presidência, existe uma certa formalidade dele para comigo. Ele teria que me chamar de Presidente e eu teria que chamá-lo de Presidente da Contag. Mas, vejam, o mandato é de só quatro anos. A nossa relação de amizade já tem 30 anos e vai continuar por mais 30



anos. Então, prefiro continuar tratando-o por Maneco, como sempre tratei. É mais fácil para mim e para ele. Afinal de contas, hoje, estou Presidente do Brasil e ele, da Contag. Amanhã, estaremos companheiros, como sempre estivemos.

A terceira coisa: nosso Governo vai assentar as famílias acampadas e definirá, com os movimentos sociais, um cronograma viável para isso. Vamos qualificar os assentamentos existentes, com investimentos em infra-estrutura, educação e saúde, além de garantir a indispensável assistência técnica e instrumentos de comercialização para assegurar renda aos assentados.

Vejam, assentar, vocês têm na pele a experiência. Não basta ter a terra. É preciso ter a terra, mas é preciso ter assistência técnica, é preciso ter água, ter seguro agrícola, é preciso ter, depois que plantar e colher, a garantia de que vão poder vender os produtos de vocês. É por isso que fomos a Buíque, em Pernambuco, lançar o programa de que o Governo iria comprar, no semi-árido nordestino, a produção, se, por acaso, os companheiros não conseguissem comercializar a sua produção nas cidades e nos mercados tradicionais. Ou seja, é muito azar para o pequeno agricultor, não é? Quando ele tem dinheiro para financiar, não chove; quando chove, não tem preço; quando tem preço, ele não plantou, porque não teve semente. Isso vai ter que acabar, companheiros. Isso vai ter que acabar, eu garanto a vocês.

A quarta coisa: assumimos o compromisso de integrar a Contag e os demais movimentos de trabalhadores rurais na construção de um programa de habitação rural. E, aí, eu queria pedir à Contag que estudasse o assunto com carinho, porque, no campo, mesmo num assentamento, com as pessoas morando muito distantes umas das outras, ficam muito difíceis os outros benefícios que têm que se levar para a casa do trabalhador. A eletrificação rural fica mais cara e mais distante. A educação para as crianças fica muito mais distante, a possibilidade de comercializar o seu produto é muito mais difícil.

Então, Manoel, eu queria que a Contag ajudasse a gente a pensar num sistema de construção de casas para a agricultura, em que a gente pudesse fazer



um conjunto de agrovilas em que ali houvesse casas, posto médico, água encanada, padaria, salão de festas, Igreja, agroindústria, enfim, as condições para que a produção dos companheiros pudesse circular ali mesmo ou para que a sua família tivesse mais comodidade ao levar um filho ao médico sem precisar andar 50 quilômetros; que houvesse ali, na agrovila, um posto médico que pudesse atender à família. Eu acho que a Contag tem acúmulo de experiências para ajudar o Governo a estabelecer um novo projeto habitacional para o campo brasileiro.

A quinta coisa, Manoel: nosso Governo vai criar um programa educacional voltado para o campo, atendendo às reivindicações da Contag nesta área. Você sabe que o ministro da Educação, o Cristovam Buarque, já está comprometido com a Contag e nós vamos começar a fazer os projetos-pilotos para que a gente possa fazer com que a educação no campo se dê de forma diferenciada. Eu fui ao assentamento na Fazenda Itamarati e há crianças que têm que levantar às quatro e meia da manhã para ir à escola. Isso é um crime contra a criança. E, às vezes, se houver “perua” para levar, tudo bem, se houver caminhão para levar, tudo bem. E se não houver? Como é que essa criança vai para a escola? Então, nós precisamos dar um tratamento diferenciado. E eu gostaria, Manoel, que vocês ajudassem, não apenas reivindicando, mas nos ajudassem a construir, conjuntamente, esta nova proposta de educação para o campo.

A sexta coisa, Manoel. Estou determinando providências urgentes para se atender, emergencialmente, as famílias atingidas pela seca no semi-árido nordestino, direcionando os programas Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação, Programas de Cisternas e até os famosos carros-pipa, entre outras coisas que nós vamos colocar em caráter de emergência nas regiões do semi-árido nordestino que estão sendo, hoje, vitimadas pela falta de chuvas.

A sétima coisa é uma reivindicação antiga de vocês e é uma reivindicação que o Jaques Wagner, nosso ministro do Trabalho, está fazendo com muita competência. Vai ser preciso aprimorar junto com outros ministros. É a intensificação da fiscalização e do combate ao trabalho informal e ao trabalho escravo no meio



rural. Ou seja, é preciso lembrar sempre que a escravidão acabou neste país no dia 13 de maio de 1888. Portanto, ela não pode persistir em um metro quadrado sequer do território nacional. E, se existe, é da responsabilidade do Governo fiscalizar e da responsabilidade dos trabalhadores denunciarem os casos que conhecem, para que a fiscalização seja mais eficaz.

E, por último, quero reafirmar que o nosso Governo vai garantir a condição de segurado especial do trabalhador rural e que vamos construir, em conjunto com os movimentos dos trabalhadores rurais, propostas que assegurem os seus direitos previdenciários. E aqui, Manoel, cabe uma explicação: você bem me disse que nós vamos ter que mexer na Constituição, porque ela assegura a aposentadoria no regime geral até 2006 e nós não queremos tratar a aposentadoria do trabalhador rural como uma coisa de assistência social. É aposentadoria.

E eu sei e não posso esquecer, porque andei neste país muitos anos e cansei de encontrar mulheres e homens com o rosto todo enrugado, com a mão toda calejada, que estavam, há 10, há 12 anos, perambulando atrás do direito de uma aposentadoria. E se exigia tantos documentos que as pessoas não tinham mais como provar. Enquanto os trabalhadores rurais são obrigados a ficar procurando documentos e mais documentos, seria mais fácil olhar para a cara de uma mulher, olhar para a cara de um homem, pegar na mão dessa mulher ou desse homem do que, muitas vezes, aposentar pessoas que nunca trabalharam e que conheceram Dona Jorgina, lá no Rio de Janeiro, e conseguiram se aposentar através de falcatruas.

Nessa reforma da Previdência Social, nós vamos ter que tocar nesses assuntos, porque acho que é o momento de se fazer justiça social no nosso país. E a justiça social, Manoel, passa pela reforma tributária, passa pela reforma previdenciária, passa pela reforma agrária, passa pela reforma da estrutura sindical, passa pela reforma trabalhista e passa pela conquista da cidadania por homens e mulheres deste país.

E vocês podem ter certeza de que a única coisa que peço a Deus, todo santo



dia, é não permitir que eu faça qualquer coisa que amanhã não me permita andar de cabeça erguida junto a vocês.

Quero dizer a você, Maneco, que a única razão pela qual eu queria ser Presidente da República era a de poder provar que vamos fazer mais por este país do que foi feito até agora e que os trabalhadores brasileiros podem viver muito mais dignamente do que estão vivendo agora. E isso passa por uma coisa nobre, que é, todo dia, quando encostar a cabeça no travesseiro, eu não esquecer nunca de onde vim e não esquecer para onde quero ir, porque, se esquecer, eu serei apenas mais um Presidente. E tenho orgulho da minha história e orgulho da minha relação com os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, meus companheiros. Vamos continuar trabalhando, porque vamos mudar o Brasil.

/lrj/vpm